

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ESTADO BRASILEIRO, FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E FILANTROPIA: uma aproximação sobre a filantropia tradicional e “questão social”.

Rayanne Tropiano dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo objetiva contribuir para uma análise sobre o Estado Brasileiro e sua relação com a filantropia, enquanto resposta a “questão social”; compreendendo a relação público e privada enquanto histórica e intrínseca ao Estado Brasileiro. A elaboração do artigo ocorreu a partir de uma pesquisa bibliográfica. Seus resultados apontam que a Constituição Federal de 1988 não rompeu com a relação da Assistência Social e a filantropia no país, ao contrário, deu à filantropia uma nova base normativa, o que somados a emergência do neoliberalismo, influi para a minimização de investimentos do Estado no campo social e aumento do Terceiro Setor sobre os serviços assistenciais, revitalizando a filantropia.

Palavras-chave: Estado Brasileiro; Filantropia. “Questão Social”.

ABSTRACT

This article aims to contribute to an analysis of the Brazilian State and its relationship with philanthropy, as a response to the "social issue"; understanding the public and private relationship as historical and intrinsic to the Brazilian State. The elaboration of the article occurred from a bibliography research. Its results indicate that the Federal Constitution of 1988 did not break with the relationship between Social Assistance and philanthropy in the country, on the contrary, it gave philanthropy a new normative base, which, added to the emergence of neoliberalism, influences the minimization of State investments in the social field and increase of the Third Sector on assistance services, revitalizing philanthropy.

Keywords: Brazilian State. Philanthropy. “Social Issue”.

1 INTRODUÇÃO

A filantropia² no Brasil tem mantido uma relação histórica com o Estado, com forte influência do componente liberal, que orientou o Estado brasileiro a considerar a Proteção Social relativa ao âmbito privado e não público. Assim como considera o financiamento da filantropia através do fundo público, a partir de múltiplos

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (PPGSSDR/UFF); rayannetropiano@hotmail.com

² Partimos do conceito conforme Mestriner (2008).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mecanismos como, subvenções, isenções de tributos, imunidades e doações, resultando no atendimento das classes subalternas por órgãos e entidades da sociedade civil. O que, por conseguinte não operam sobre o direito, mas de forma seletiva de acordo com os objetivos institucionais. (MESTRINER, 2008; SPOZATI, 1995)

O presente artigo origina-se de um trabalho apresentado para a disciplina Capitalismo, Trabalho e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF), e estrutura-se em um estudo bibliográfico, a partir de expoentes do pensamento social brasileiro como Fernandes (1981;1987); Oliveira (1985); Ianni (1968; 1984; 1996); Antunes (2011), entre outros; e levantamento de literaturas pertinentes ao tema.

A aproximação dos expoentes do debate clássico social brasileiro sobre o padrão de implantação e desenvolvimento capitalista no Brasil, enquanto um capitalismo periférico e dependente, que articula o arcaico com o moderno; nos permite observar algumas particularidades do Estado Brasileiro, cujos fatos apresentam algumas tendências marcantes para a compreensão sobre a sua relação com a filantropia. Neste sentido, partiremos da década de 1930, período em que começa as primeiras tentativas de enfrentamento da “questão social” pelo Estado, para além da repressão.

Como objetivo, visamos compreender as particularidades sócio-históricas que delineiam essa relação e apontar os novos contornos que a filantropia adquire a partir da égide Neoliberal. Como resultado, evidenciamos que a constituição de 1988 retificou a filantropia sob uma nova base normativa e o avanço Neoliberal influi para, desresponsabilização do Estado frente as políticas sociais; ampliação do Terceiro Setor e renovação da filantropia.

2 A FILANTROPIA E O ESTADO BRASILEIRO DE 1930 A 1980

PROMOÇÃO



APOIO

O contexto da Revolução de 1930 – o qual levou Getúlio Vargas ao poder através do governo provisório (1930-1934) –, bem como a implantação do Estado Novo em 1937 e a influência Varguista sobre a democracia popular no Brasil, ocorreu em um contexto de aplicação de medidas a fim de propiciar a diversificação e a expansão do setor industrial nacional. Em 1937, após o Golpe do Estado Novo, o governo de Vargas, assumiu um aspecto ditatorial bem como reforçou tendências demonstradas desde 1930, como o “[...] fortalecimento do Estado, em face das exigências do capital e do controle da classe assalariada, tanto operários como empregados e funcionários.” (IANNI, 1984, p.18)

Nesse sentido, a consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi essencial para a viabilização do projeto de industrialização no país. Segundo Antunes (2011), Vargas ao atender as reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho – redução da jornada de trabalho, férias, descanso semanal remunerado, entre outras reivindicações – apresentou a CLT enquanto uma dádiva e não como fruto das lutas das classes trabalhadoras. O que associado ao controle dos sindicatos por parte do Estado, consolidou – uma forma de estatismo benevolente e ao mesmo tempo repressor, sobre a classe operária. (ANTUNES, 2011).

No que tange ao período de 1937, Barbosa e Andrade (2020) ressaltam:

Traveste-se no discurso apologético da “outorga” o fato de que a legislação social na verdade era resultante de todo um histórico de lutas. Passa-se a tratar como “benesses” a um povo cuja predisposição ao “espírito pacífico” não abria espaço para empreitadas violentas em longos processos de lutas. (BARBOSA; ANDRADRE, 2020, p. 303)

Para, Fernandes (1981, p.41) uma característica típica do capitalismo dependente³ do qual se desenvolveu na América Latina, expressa no fato de que este se desenvolveu “graças à modernização do arcaico”, neste sentido “[...] como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço”. (FERNANDES, 1987, p. 202)

Assim, a história do país ocorre sem rupturas ou mudanças profundas,

³ Com a nova divisão internacional do trabalho, século XIX, altera-se a inserção da América Latina nos circuitos mundiais de acumulação de capitais, do modelo colonial ao capitalismo dependente. Sobre essa discussão ver Fernandes (1981).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sempre equacionando seus dilemas pela via da conciliação pelo alto, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da contrarrevolução, o Brasil encontrou na dependência e no subdesenvolvimento a sua forma de integração para fora e desintegração para dentro. (ANTUNES, 2011, p. 61)

O capitalismo dependente reforça as características arcaicas, usando-as para a sua própria reprodução, sem liquidar com as formas econômicas pré-capitalistas, mas refuncionalizando-as. Esse traço revela a origem senhorial e colonial, que conformou a revolução burguesa no Brasil, com traços autocráticos, sem revolução, ou seja, pela via não clássica de constituição do capitalismo. (FERNANDES, 1981; CUEVA, 1983)

A “questão social”, que se forma, a partir do processo de industrialização e do surgimento do operariado e suas reivindicações, classificadas até então como ilegítimas, tratadas como caso de polícia, altera-se com Vargas, com vias a uma solução mais sofisticada visando à dominação da classe trabalhadora e encobrimento do autoritarismo e antecipação das demandas sociais.

A retórica centrou-se na promoção do bem-estar nacional e integração social, visando mascarar o conflito de classes. Contudo, não houve uma modificação estrutural. Na área social o governo utilizou o setor privado através das organizações sociais já existentes, incentivando a sociedade civil para sua ampliação, demonstrando a persistência do componente liberal, no qual a assistência social passou a ser delegada ao âmbito privado. (MESTRINER, 2008)

Em 1938, cria-se um importante órgão, que direcionou a assistência social, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), cujo objetivo se dava no enfretamento das situações vividas pelos trabalhadores empobrecidos e desempregados. O CNSS representou uma política de incentivo ao amparo social privado e filantrópico, por meio de subvenções às instituições filantrópicas, sem, contudo, realizar ações diretas a população. (MESTRINER, 2008)

No que tange as ações assistenciais, o Estado se esconde por trás das organizações da sociedade civil e combina a elite às massas empobrecidas, pela

PROMOÇÃO



APOIO



retórica de cooperação de classes. Deste modo, o governo de Vargas, “[...] terminará por produzir conciliações, negociações elitistas, novas composições de força e exclusão da população, fazendo o velho regime ainda que reformado conviver com o “quase novo””. (MESTRINER, 2008, p.71)

Eliminam-se os conflitos, através de uma suposta unidade da vontade popular, garantida pelo líder do governo, personificada na autoridade do presidente, que assume uma postura paternalista. O governo Varguista também utilizou da aproximação com a Igreja Católica para subsidiar o próprio discurso estatal. “A ação das organizações sociais, na maioria de orientação religiosa, encaixar-se-á duplamente nas intenções governamentais: o conformismo à pobreza pela religião e no amparo emergencial devido pelo Estado.” (MESTRINER, 2008, p.84)

Neste sentido, ocorre uma expansão de instituições sociais pela Igreja Católica, que “[...] com sua “força disciplinadora” colaborou também para o abrandamento das pressões populares, disputando subliminarmente com o Estado, o controle social e ideológico da sociedade” (MESTRINER, 2012, p.40).

Sobre a questão social, Ianni (1996) ressalta que,

Diante de uma realidade social muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, uma parte do pensamento social prefere “naturalizá-la”, considerá-la como “fatalidade” ou apenas herança arcaica pretérita. Dentre as explicações que “naturalizam” a questão social, vale apenas destacar duas. [...] Uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social são as expressões mais evidentes dessa forma de “explicar” e “resolver” a questão social. Outras explicações tendem a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão. Essas explicações, no entanto, não andam sempre separadas. Podem combinar-se. Muitas vezes o assistencialismo, a previdência, as medidas de segurança e a repressão operam em conjunto. Os mesmos interesses dominantes acionam diferentes técnicas sociais, em distintas situações, ou no mesmo lugar. (IANNI, 1996, p.100).

De acordo com Ianni (1996, p.101) as desigualdades sociais “podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de “fatalidades”, “carências”, “heranças”, quando não “responsabilidades” daqueles que dependem de assistência, previdência, segurança ou repressão.” Neste sentido, observa-se a emergência dessas

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

determinações, que perdurará no Estado Brasileiro no que tange ao enfretamento da “questão social” e de suas expressões.

Em 1942, Vargas cria a Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeiro órgão de proteção social de serviços assistenciais, cujo objetivo era prestar assistência social de forma direta ou indireta através da colaboração as instituições especializadas (instituições filantrópicas). Vargas encarrega sua esposa, Darci Vargas, a presidência da LBA, surgindo então, a relação entre assistência e primeiro-damismo.

Em 1945 Vargas foi deposto por um golpe de Estado, encerrando o primeiro ciclo do Getulismo. O período entre 1946 a 1964 é considerado como um período em que vigora a democracia representativa, e o “auge do populismo como poder ideológico do Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial.” (BARBOZA, ANDRADE, 2020, p 304)

Em 1950, após o governo de Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-50), Getúlio Vargas retorna ao poder, por voto popular. Neste período, ocorre o fortalecimento da tendência à internacionalização da economia brasileira, influenciando em uma profunda crise no governo. Em 1954, sob forte disputa, entre os setores nacionalistas e os interesses imperialistas, Vargas preferiu se suicidar a ceder à pressão dos militares e dos setores dominantes que queriam sua renúncia. Paradoxalmente, após sua morte aumenta-se a força do Getulismo nos país.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o padrão colonial de organização do setor agrário é transformado pela adoção do padrão “internacionalista” de desenvolvimento econômico associado ao capital estrangeiro. Começa-se assim, a estabelecer um novo compromisso com os setores externos. (IANNI, 1968)

Segundo Oliveira (1985, p.6) dois períodos são marcados pelo crescimento econômico, a era Kubitschek, na qual “não houve qualquer avanço notável social” e no segundo período do “milagre brasileiro”, período da ditadura militar com intensas privatizações e retrocessos sociais e políticos. O Estado no que tange a assistência

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



social na era Kubitschek, continuará operando através do CNSS e da LBA na regulamentação da filantropia e por programas estatais em articulação às instituições privadas. Com Juscelino, regulou-se duas formas de apoio ao setor privado: “a dedutibilidade de doações a instituições sociais na tributação do imposto de renda e a isenção da contribuição à Previdência Social”. (MESTRINER, 2012, p. 47).

Assim, ocorre o alargamento das vantagens fiscais, contribuindo para a omissão do Estado na assistência social, novamente assumindo uma direção de transferência de suas responsabilidades a sociedade civil.

Em 1960 Jânio Quadros se elege e busca distanciar-se das diretrizes de Kubitschek, objetivando um desenvolvimento econômico mais equilibrado e a recuperação econômico-financeira do país. Em seu governo, buscou-se desenvolver uma política social articulada à moralização do setor público, à contenção do custo de vida e à estabilização da democracia, dos quais, poderiam atingir a justiça social. Diante do desgaste de sua imagem, Jânio renuncia em 1961, assumindo seu vice-presidente João Goulart – principal herdeiro e seguidor de Getúlio Vargas –, em um cenário de grande insatisfação político-militar, motivadas por um suposto risco à segurança nacional. (ANTUNES, 2011)

Permanece no governo de Goulart as políticas sociais iniciadas por Vargas no período democrata-populista. Assim, continuaram sendo realizadas ações setoriais, sem grandes transformações, com a centralidade das organizações filantrópicas através da sociedade civil e a realização de ações emergenciais e paliativas.

Ampliavam-se neste período as pressões pelas “reformas de base” (reforma agrária, urbana, universitária etc.), porém os setores burgueses, “descontentes com o avanço da luta popular, [...] com o claro apoio norte-americano, em abril de 1964, desencadearam um golpe militar que marcou a longa noite da ditadura, prolongada até 1985.” (ANTUNES, 2011, p.84)

O Estado neste período se impõe às classes operárias, “[...] como um vasto bloco de poder articulado segundo as exigências da grande burguesia financeira e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



monopolista (estrangeira e nacional)” como afirma Ianni (1984 p. 19), e organiza-se segundo a doutrina da “segurança e desenvolvimento”.

Desenvolve-se um projeto capitalista dependente cujo padrão de acumulação industrial centra-se na produção de bens de consumo duráveis, para um mercado interno restrito, composto pelas classes dominantes e parcelas das classes médias. É uma produção voltada para a exportação, de produtos primários e de produtos industrializados de consumo. (ANTUNES, 2011)

As políticas adotadas ocorrem objetivando o favorecimento da grande burguesia, o que potencializava as contradições de classe e os problemas estruturais do país. Os conflitos sociais são reprimidos, e a “questão social” respondida entre a articulação do assistencialismo e da repressão. As ações assistenciais serão utilizadas segundo Mestriner (2008, p. 55) “para amenizar o estado de empobrecimento da população, inclusive dos trabalhadores”. Isto ocorre uma conjuntura de privatizações, baixos salários, aumento da exploração da grande massa de trabalhadores, crescimento da pauperização e do agravamento da “questão social”.

Em 1974 ocorre a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), como desmembramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social que será responsável pelo combate à pobreza. Neste período, o governo estende a cobertura previdenciária à maioria da população urbana e à parte da população rural. Em 1977 é criado o Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS), ocorrendo uma aproximação da previdência ao Ministério da Saúde, entretanto sem recursos suficientes, ocorre o aumento da privatização da saúde por iniciativas individuais e grupos médicos.

Neste momento, a assistência deixará de ser simplesmente filantrópica, passando a fazer parte da relação social de produção. Contudo a articulação entre Estado e filantropia não deixará de existir. Os novos organismos do Estado e da iniciativa privada seguirá a lógica segundo Mestriner (2008, p.170) do “retalhamento

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



social”, a partir de serviços para cada necessidade “compondo uma prática setorizada, fragmentada e descontínua, que perdura até hoje”.

No que tange a essa transformação, e ingresso da assistência social na relação de produção, Oliveira (1985), ressalta.

O social nasceu primeiro sob a forma de assistência, ou caridade da Santa Madre Igreja. Mas, sob o capitalismo ele é outra coisa. Enquanto caridade ele não se inscreve na própria relação de produção: ele é a utilização das "sobras do banquete" dos ricos para amenizar a vida dos pobres. Enquanto gastos públicos ele faz parte da relação social de produção e a modifica, como historicamente tem sido demonstrado. Ele é metamorfose do excedente, da mais-valia ou do lucro. Na sociedade brasileira, o social existe enquanto caridade, por vezes pública, e mais, nos últimos vinte anos assistiu-se a uma regressão: a "privatização" do social significou na prática que ele voltou a ser absolutamente determinado pelo econômico, e não seu par antagônico. A privatização da medicina, o crescimento do ensino privado, o princípio do lucro como regente da produção de bens públicos pelas empresas estatais, eis o social "econômico", amplificador da exploração e não sua negação. (OLIVEIRA, 1985, p. 6)

A LBA no período da ditadura ganhou centralidade, sendo transformada em Fundação, passa a integrar ao MPAS e a ser mantida através de subvenções da União. Sua atuação amplia-se, alcançando um expressivo número de organizações filantrópicas sociais, através do sistema de convênios de cooperação mútua e de acordos com a iniciativa privada, fortalecendo a chamada “atuação indireta” do Estado. (MESTRINER, 2008)

Instala-se o modelo de “assistência por convênios” como caracteriza a autora Mestriner (2008, p. 166), configurando a atenção do Estado ao social. Diferentemente das subvenções, no qual o Estado se posiciona como colaborador, a partir dos convênios com as instituições privadas, o Estado assume responsabilidades sociais por intermédio das ações das entidades. O papel técnico-racionalizador do Estado cresce, pois começa a desenvolver programas e atividades no âmbito social de forma indireta.

O CNSS perderá ao longo do transcorrer histórico sua efetiva função, e ficará submetido aos parlamentares, passando a atuar entre as ações clientelistas e de interesses políticos e privados. O CNSS será extinto em 1993 com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), emergindo em seu lugar o Conselho Nacional de

PROMOÇÃO



APOIO



Assistência Social (CNAS)⁴. Contudo continuará a relação mediadora do Conselho entre o Estado e instituições privadas e filantrópicas de assistência social.

3 FILANTROPIA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL

A retomada do Estado democrático de direito, envolveu uma série de medidas⁵ entre os anos de 1975 e 1985. Contudo, tal processo foi composto de avanços e recuos dos militares, haja vista, que desejavam uma transição controlada, sem que setores de oposição chegassem ao poder.

Em 1988 se promulga uma nova Constituição, conhecida como a Constituição Cidadã. A compreensão de assistência como política pública apenas ocorreu a partir da Constituição de 1988, demarcando um novo momento para a Assistência Social, enquanto integrante da política de Seguridade Social, ao lado da saúde e da previdência social, o que representou um grande avanço no reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários enquanto direito.

Contudo, efetua-la concretamente exigirá desafios, como a relação do Estado e a população “[...] historicamente mediada pelas organizações sem fins lucrativos, reconhecidas como filantrópicas.” (MESTRINER, 2012, p. 50)

A isenção constitucional da assistência social como política pública efetivadora de direitos sociais teve, então, seu embate com a filantropia tradicional e surgiu o impasse na reformulação da relação Estado-organizações sem fins lucrativos, constituindo-se o que poderíamos chamar de filantropia democratizadora. Tal confronto, no entanto, aconteceu em um contexto absolutamente adverso, vivido pelo neoconservadorismo liberal – do “Estado Mínimo” e da dimensão sócio-comunitária da “terceira via” e reproduziu o passado no presente, que se pretende democrático, público e garantidor de direitos, delineando conflitos que embora significativos, foram encobertos sob o manto da solidariedade, num processo de “refilantropização” (MESTRINER, 2012, p.50-1)

A partir do reordenamento do Estado Brasileiro sob a égide do neoliberalismo, “a emergente proposta estatal de Seguridade não se consolida no país e mostra-se

⁴ O CNAS foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e regula a prestação de serviços públicos e privados de assistência social.

⁵ Dentre as principais medidas se destacam: O fim da censura, a revogação do AI-5, o retorno ao pluripartidarismo e a Lei da Anistia.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



incapaz de enfrentar a questão social.” (YAZBEK, 1995, p.12). O que significa um retrocesso das políticas sociais.

A emergência do neoliberalismo no Brasil, situa-se a partir dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, através da adesão às orientações do Consenso de Washington, no qual propôs reformas estruturais nos Estados visando “a estabilização da economia como as privatizações, a desregulamentação dos mercados, a descentralização e a retomada do desenvolvimento.” (YAZBEK, 1995, p.12).

A consolidação das políticas neoliberais no Brasil, segundo Barboza e Andrade (2020),

se intensifica, em forma e substância, nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na chefia do executivo federal (1995-2002). FHC incrementou a efetivação das medidas de ajuste fiscal e monetário, potencializou a abertura da economia e realizou uma intensa reestruturação do aparelho do Estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (PRDE), profundamente alinhado às formulações de Bresser Pereira, então à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE). (BARBOZA; ANDRADE, 2020, p.313)

Com emergência do Projeto Neoliberal, observa-se o desmonte das conquistas alcançadas a partir da Constituição de 1988, no que tange aos avanços sociais e políticos, em consequência da redução dos investimentos públicos no campo social (o que gera uma desresponsabilização do Estado e conseqüentemente o fortalecimento organizações da sociedade civil, revitalizando a filantropia, a benemerência, a caridade); e do “renascimento dos ideais liberais” como afirma Yazbek (1995, p.11).

O Estado passa então a responsabilizar-se “[...] somente por situações extremas, num alto grau de seletividade e focalismo, direcionada aos estritamente pobres, isto é, aos indigentes, por intermédio de uma ação humanitária coletiva e não como uma política dirigida á igualdade.” (MESTRINER, 2012, p.51)

Sobre a política social no contexto neoliberal, Behring (2008) observa que,

A grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil. Aqui, observa-se a emergência de uma espécie de clientelismo (pós) moderno ou neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada – sobretudo seus impulsos mais críticos – por meio da distribuição e disputa dos recursos públicos para ações focalizadas ou da seleção de projetos sociais pelas agências multilaterais. (BEHRING, 2008, p.65)

A partir da privatização da seguridade, a saúde e a previdência são absorvidas pelo mercado enquanto a assistência social é reabsorvida pelas organizações da sociedade civil. O que é denominado por Yazbek (1995) como “remercantilização” da saúde e da previdência social e uma “refilantropização” da assistência social.

Corroborando nesta perspectiva, Montaño (2010) afirma:

Na medida em que amplos segmentos da população ficarão descobertos pela assistência estatal (precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais) e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se para a órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda. É nesse espaço que surgirá o chamado “Terceiro Setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”, um quase “não-cidadão”. Isto cai como “uma luva” na mão do projeto neoliberal. (MONTAÑO, 2010, p. 197)

Para a autora Iamamoto (2001) o “Terceiro Setor” seria:

[...] distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). É considerado como não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social, [...] constituída por ‘organizações da sociedade civil de interesse público’. No marco legal do terceiro setor são incluídas entidades de natureza as mais variadas, que estabelecem um termo de parceria entre entidade de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). (IAMAMOTO, 2001, p. 25)

Para Montaño (2010) o trato passageiro das expressões da “questão social” a partir do chamado “Terceiro Setor”, não soluciona os problemas das classes subalternas, pois não se atuam nos seus fundamentos, mas perpetua-se a dependência do cidadão a partir de ações pontuais, o que influi para a consolidação das desigualdades sociais, pois além de atuar de forma paliativa, elimina-se da política social sua concepção de direito. Essa leitura liberal do conceito de sociedade civil pelo “Terceiro Setor” segundo Coutinho (2006) compreende tudo que vem do Estado como ruim e tudo o que vem da sociedade civil como bom, não considerando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a importância de um Estado permeável às pressões populares e a necessidade de uma sociedade civil hegemônica pelas classes subalternas.

Oliveira (1985) ressalta, que para além das reivindicações, o social deve ser constituído enquanto uma cultura política.

O avanço social, que significa inscrever as conquistas e as melhorias públicas na relação social de produção — e não um assistencialismo caritativo —, não é apenas, [...] atender as carências multiplicadas ao infinito, produzidas e reforçadas pelo crescimento econômico excepcional. Antes de tudo, seu significado mais profundo é o de criar uma cultura política [...]. Indo pelo atendimento às carências, sua proposta é a de inscrevê-las no campo dos direitos, retirando-as do campo das "reclamações", das "reivindicações". Nisto consiste sua diferença específica em relação ao populismo. Significa, sobretudo, aproveitar da democracia sua contradição: se, para a existência e o funcionamento de um Estado democrático, supõe-se necessariamente a ampliação do campo estatal para nele incluir os interesses dos não-proprietários — dado da experiência histórica das mais sólidas democracias ocidentais —, quais são estes interesses, posto que não são os de proprietários de capital? São os interesses antagônicos ao econômico, isto é, os sociais. (OLIVEIRA, 1985, p. 7)

4 CONCLUSÃO

O estado brasileiro historicamente respondeu à “questão social” sob a repressão ou pela assistência, em uma intrínseca relação com as organizações filantrópicas. A intermediação do setor filantrópico neste sentido, sempre dificultou o protagonismo da classe trabalhadora com vias a formas democráticas de participação e controle no interior do Estado. O que se articula fortemente com os componentes sócio-históricos de conformação do país, em sua origem colonial, senhorial, de mando e favor entre a burguesia e as classes subalternas.

Assim, o novo não exclui o velho, ou seja, mesmo com o reconhecimento da assistência social pela constituição de 1988, como política pública, se reconhece também a filantropia, sem fins lucrativos, como instituições socioassistenciais, constitutivas da Política de Assistência Social, retornando a filantropia sob uma nova base normativa. Com isso, o terceiro setor pavimenta seu avanço sobre os recursos públicos seja a nível federal, estadual ou municipal, através das parcerias, convênios

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e subvenções entre público e privado, o que influi para a desresponsabilização do Estado, bem como retarda o avanço e a discursão de novas políticas sociais.

Onde o Estado não avança, avança assim a filantropia. Não explicitando assim apenas a filantropia tradicional, que tem avançado sobre as instituições assistenciais sem fins lucrativos – se tornando um braço do Estado no atendimento as classes subalternas –, mas também as organizações não governamentais, as organizações combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais e das causas minoritárias, as filiações político-ideológicas e a filantropia empresarial.

Embora a noção de parceria não exima ao Estado de suas responsabilidades, nem retire da sociedade a autonomia e possibilidade de práticas democráticas, a política de assistência social ao operar sob o âmbito filantrópico adultera suas bases fundamentais de direito e cidadania, constituindo um empecilho ao reconhecimento das demandas e as pressões da classe subalterna pelo Estado, perpetuando a dependência do cidadão a partir de ações emergenciais e paliativas e elimina da política social sua concepção de direito para o de 'favor'.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARBOZA; D. R.; ANDRADE, C. As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares. *In*: BARBOZA, D. R.; BOTELHO, J. (Org.). **Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo**: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 295-331.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda dos direitos. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativas. *In*: LIMA e NEVES (Orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, EPSJV, 2006 (p.173-200). Disponível em http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_5.pdf Acesso em 10 de março de 2022.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar editores, 1981.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. Questão social no capitalismo. Expressões da questão social no Brasil. IN: ABEPSS. Temporalis. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**, Ano 2, no. 3, (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K; ENGELS F. **A ideologia alemã**. 6. Ed. São Paulo: 1987.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MESTRINER, M. L. A intrincada relação histórica entre a assistência e a filantropia no Brasil. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D.O. (Org.). **Assistência Social e filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras Editora, 2012, p. 39-62

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, F. de. **Além da transição, além da imaginação**. Novos Estudos. Cebrap, n. 12, São Paulo, 1985.

YAZBEK, M. C. A Política Social brasileiro nos anos 90: a refilantropização da questão sócia. IN: **Cardernos Abong**: Órgão da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais. n.3, São Paulo: Abong, 1995.

PROMOÇÃO



APOIO

